

APRENDENDO SOBRE O TEA:

Práticas Pedagógicas
Inclusivas em Sala de Aula



ERICA DE LIMA PEDROSO
EDUARDO GALHARDO



Esta obra é licenciada sob uma licença **Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0)**. Esta licença permite a cópia e redistribuição do material, em qualquer suporte ou formato, bem como sua tradução, adaptação e outras modificações, para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que o crédito seja atribuído ao autor e que as alterações, se houver, sejam informadas. Os termos da licença são detalhados em <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode.pt>.

Recurso Educacional derivado da dissertação de mestrado em Educação Inclusiva-PROFEI- UNESP: "Práticas Pedagógicas Inclusivas para estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas escolas públicas de Ilhabela- SP". Orientado por Eduardo Galhardo.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas

Pedroso, Erica de Lima

aprendendo sobre o TEA [recurso eletrônico] : práticas pedagógicas inclusivas para a sala de aula / Erica de Lima Pedroso. — Presidente Prudente, 2025.

40 p. ; PDF ; 4,1 MB : il. color.

Recurso educacional derivado de dissertação de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Orientado por Eduardo Galhardo.

1. transtorno do espectro autista 2. práticas pedagógicas 3. educação inclusiva



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFEI



APRENDENDO SOBRE O TEA:

Práticas Pedagógicas Inclusivas em Sala de Aula

AUTORES

Erica de Lima Pedroso
Prof^o. Dr. Eduardo Galhardo

Recurso Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – Profei, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva.

OS AUTORES

ERICA DE LIMA PEDROSO



Graduada em Letras e Pedagogia, possui especializações em Psicopedagogia; Atendimento educacional Especializado; Docência em educação inclusiva , Revisão de texto e Mestranda em Educação Inclusiva pela UNESP - PROFEI. É professora de Língua Portuguesa da rede estadual de SP e educação inclusiva na rede municipal de Ilhabela-SP.

EDUARDO GALHARDO

Formado em Ciências Biológicas pela USP com mestrado e doutorado em Ciências pela USP é Professor junto a Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - Campus de Assis. Coordena o Curso de Especialização Educação 5.0: Metodologias Ativas e Ensino Híbrido na Universidade Aberta do Brasil oferecido pelo CDeP3. Docente no Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI - CAPES/ProEB) Editor-chefe da Revista Ciência em Extensão (PROEC - UNESP) e Assessor na Coordenadoria de Permanência Estudantil na Reitoria da UNESP desde 2014).



Caros Professores,

São muitos desafios que os educadores deste país enfrentam diariamente , o sentimento de impotência de não conseguir alcançar todos os estudantes faz com que muitos professores desacreditem da inclusão escolar que é um processo que necessita também da formação do professor. Pensando nisso, surgiu este E- book, resultado de uma pesquisa voltado para a formação do professor na perspectiva de práticas pedagógicas inclusivas para estudantes identificados com o Transtorno do Espectro Autista. É com imensa gratidão que compartilho esse material com todos os professores que foram os grandes inspiradores para a realização deste *e-book*. Que este material possa, de alguma forma, colaborar e enriquecer a formação docente.

Boa leitura!



SUMÁRIO

1. A popularização do autismo	07
2. O que é TEA?	08
3. Práticas Pedagógicas Inclusivas	09
4. Abordagens Universalistas	10
5. Ensino Colaborativo	12
6. DUA	14
7. SSMC	17
8. Ensino Diferenciado	20
9. Aprendizagem Cooperativa	22
10. Abordagens Específicas	23
11. PEI	24
12. Adaptação Curricular	26
13. Comunicação Alternativa	29
14. Considerações Finais	35
Avaliação	37
Referências	38



Este sumário é interativo!

Clique para ser direcionado/a à página desejada. Para retornar ao sumário é só clicar na numeração de cada página, localizada no canto inferior.

1

A POPULARIZAÇÃO DO AUTISMO

O Transtorno do Espectro Autista tornou-se um tema de grande destaque no mundo a partir do aumento de diagnósticos, que vem ocorrendo nas últimas décadas, dados de 2020 do Centro de Controle de doença (CDC, 2023) do governo dos Estados Unidos apontam que 1 a cada 36 crianças de até 8 anos são identificadas com Transtorno do Espectro autista, ao analisarmos somente os dados do CDC, constata-se que em 20 anos o números de crianças de 8 anos com autismo saltou de 1 para cada 150 para 1 a cada 36 crianças, um aumento de 420% em duas décadas (Piccolo, 2025). O que demonstra um crescimento exponencial de diagnóstico de autismo no século XXI que gera a popularização do Transtorno.

Mas, afinal, o que é o Transtorno do Espectro Autista (TEA)?



O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por déficits na comunicação e na interação social e padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades, causando prejuízos significativos . Ressalta-se que por se tratar de um espectro há uma gama de variabilidade de características e de intensidade que podem se diferenciar, mas associadas ao mesmo mecanismo.

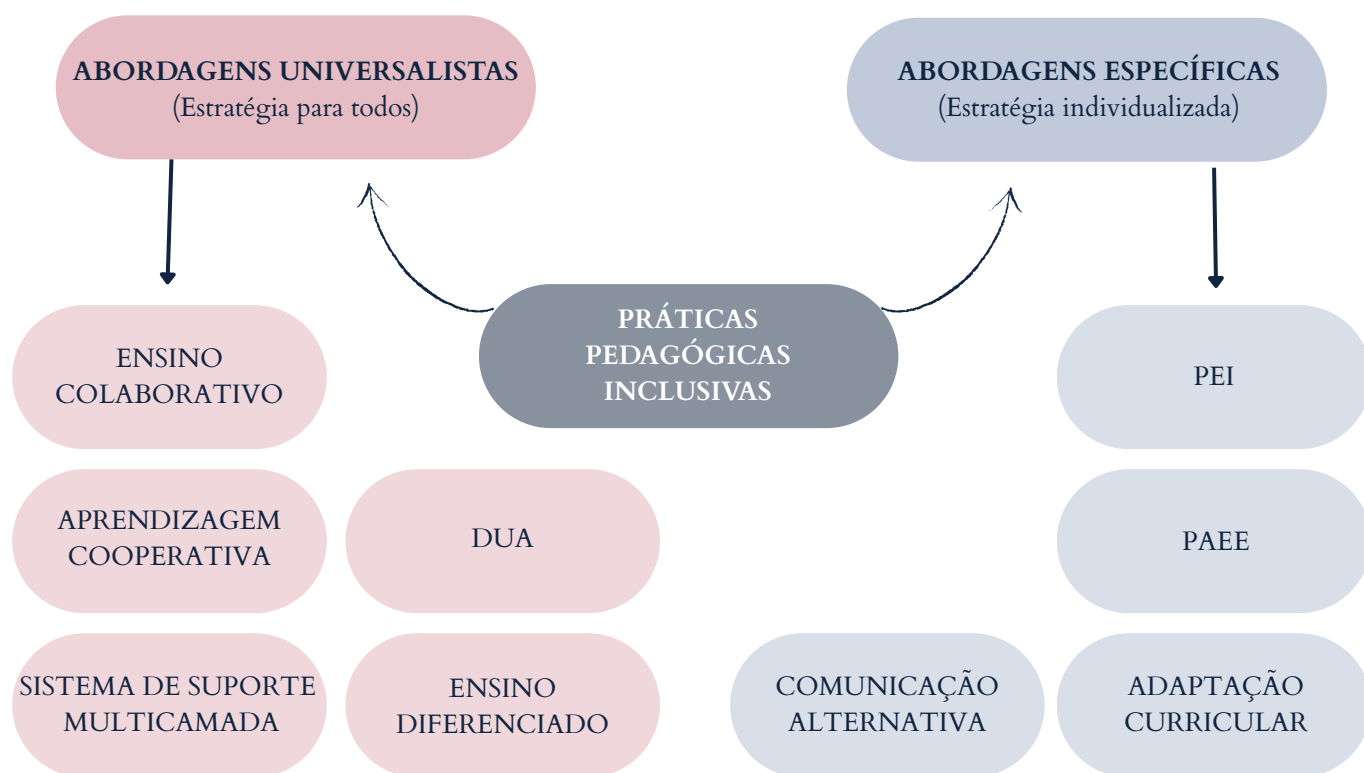
Os Níveis de Funcionamento para o Transtorno do Espectro do Autismo são configurados sobre a perspectiva de necessidade de suporte do sujeito com o transtorno, categorizado como:

- **Nível 1 leve:** necessidade de pouco apoio.
- **Nível 2 moderado:** necessidade de apoio substancial.
- **Nível 3 severo:** necessidade de apoio muito substancial.

3

PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS
INCLUSIVAS

Contemplamos essas abordagens educacionais (Universalistas e Específicas) como práticas pedagógicas inclusivas mais discutidas nos artigos científicos e livros para estudantes com transtorno do espectro autista. Conforme ilustra esquema abaixo:



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A pandemia do coronavírus em 2020 ocasionou uma série de efeitos na sociedade, desde o aceleração dos recursos digitais, até o alargamento da desigualdade social. Em meio ao isolamento social por conta do contágio do vírus, as escolas suspenderam as aulas presenciais, o que fez com que os profissionais da educação se submetessem aos recursos digitais e muitos estudantes ficaram à margem do processo educativo com a implementação do ensino remoto emergencial.

Isso cria um desafio entre as novas abordagens de ensino, que demandam colaboração e criatividade, e a realidade de comunidades sem acesso à tecnologia ou letramento digital. Com turmas mais heterogêneas, as práticas tradicionais tornaram-se insuficientes, exigindo estratégias inclusivas que atendam à diversidade dos alunos.

Dessa forma, os estudos sobre inclusão escolar passaram a focar mais no aprimoramento de práticas pedagógicas universais — ou seja, métodos que beneficiam todos os alunos — do que em estratégias específicas para casos individuais. Quando o ensino regular se torna mais eficaz para a turma como um todo, fica claro quais estudantes necessitam de suportes extras, já que o currículo padrão não atende plenamente às suas necessidades (Zerbato; Mendes, 2021).

ENSINO COLABORATIVO

ENSINO DIFERENCIADO

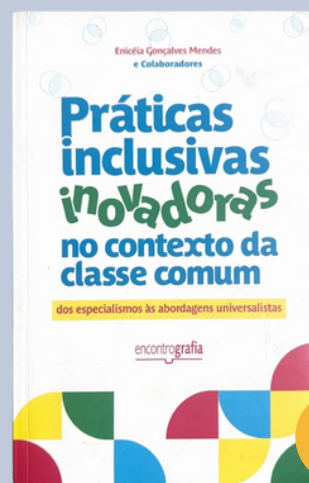
APRENDIZAGEM COLABORATIVA

SSMC

DUA

PARA SABER MAIS

“Práticas Inclusivas Inovadoras no contexto da classe comum”, de Enicéia Gonçalves Mendes e Colaboradores



O Ensino colaborativo é uma estratégia que relaciona dois ou mais educadores que buscam objetivos pedagógicos para o público elegível da educação especial. As estratégias e os caminhos pedagógicos são construídos em conjunto acerca do plano individualizado do aluno.

Além disso, possibilita a troca de saberes e experiência entre os educadores, o professor da sala comum e o professor AEE, enriquecem suas práticas ao planejar suas intervenções em sala de aula para os alunos da modalidade de educação especial.



O ensino colaborativo pode favorecer a formação dos professores porque exige, muitas vezes, o enfrentamento de opiniões consolidadas de ambos os professores, as quais somente serão superadas com a prática na sala de aula e com a implementação de políticas que favoreçam a atuação conjunta destes professores (Zaboroski, Soriano e Martins. 2017).



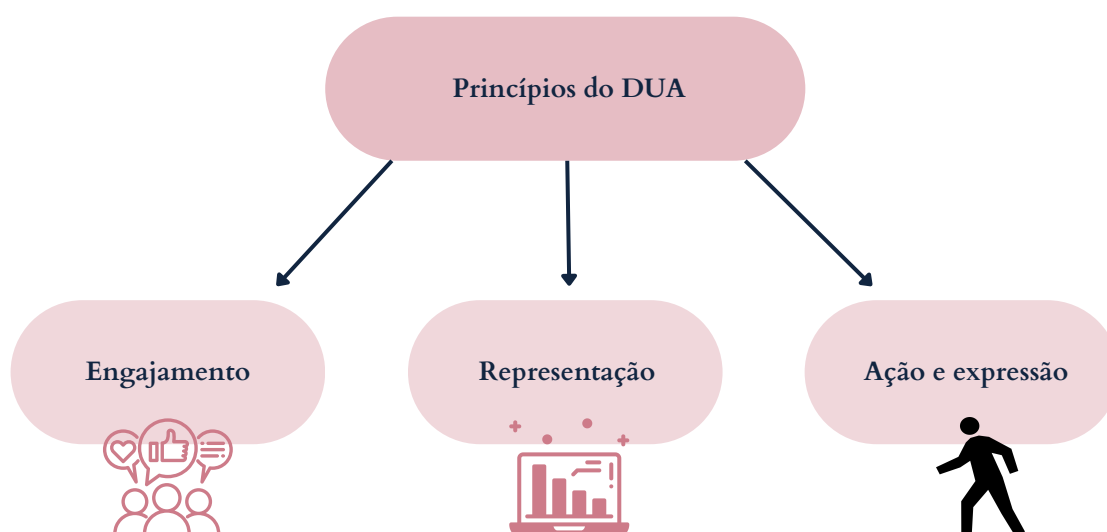
PARA SABER MAIS

“Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: Unindo esforços entre educação comum e especial”, de Enicéia Gonçalves Mendes, Carla Ariela Rios e Ana Paula Zerbato.

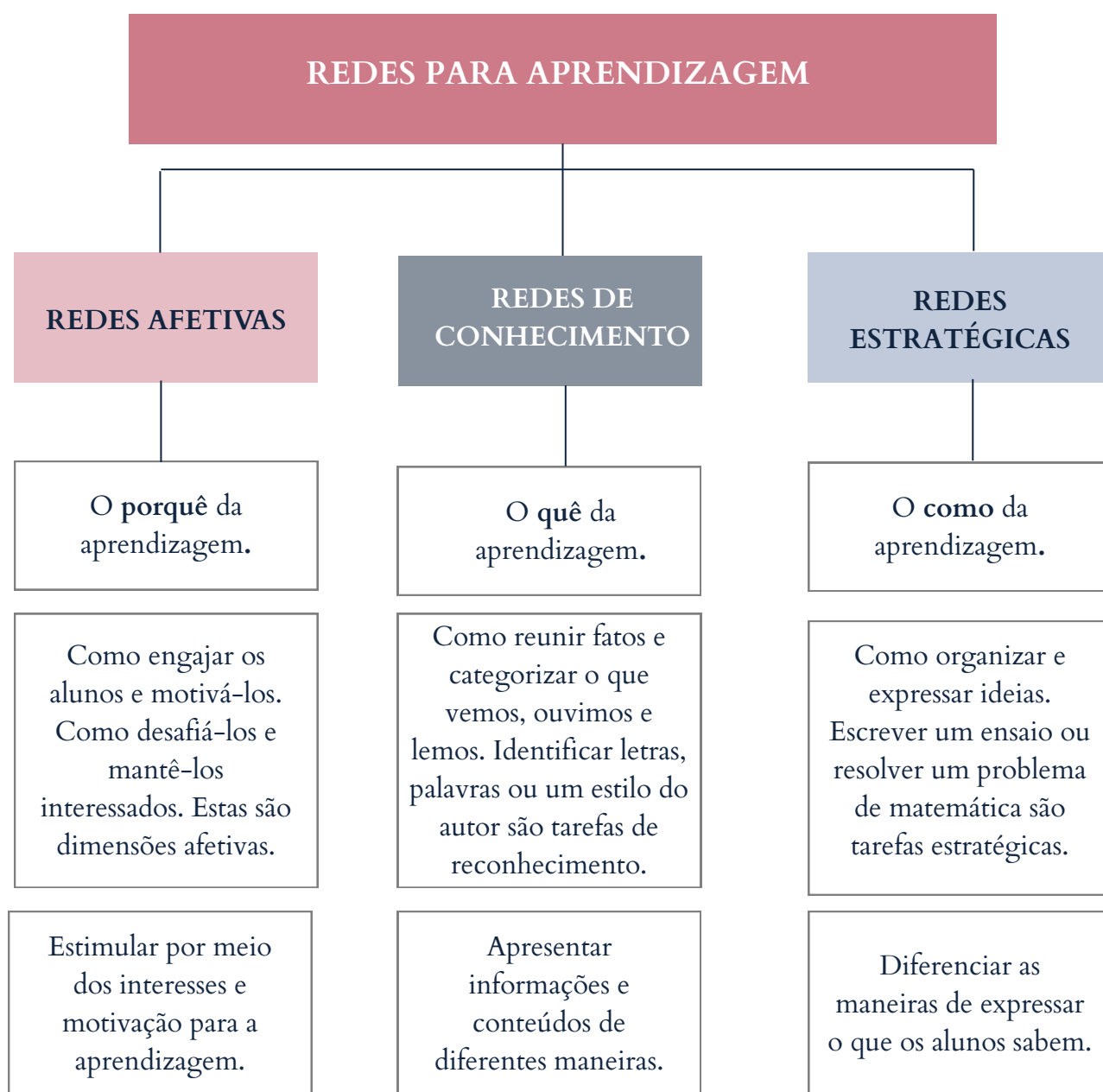


No que concerne às estratégias de ensino a partir do planejamento o DUA (Desenho Universal para Aprendizagem), surgiu a partir do desenho universal (DU) que foi inicialmente idealizado na arquitetura como um meio de tornar um ambiente mais acessível a todos, depois o conceito transpôs para outras áreas do conhecimento. Na educação o termo utilizado vem do inglês conhecido como Universal Design for Learning (UDL), traduzido para a língua portuguesa como Desenho Universal para aprendizagem(DUA).

A proposta educacional fundamentada no DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem) tem como objetivo organizar o processo de ensino e garantir o acesso ao conhecimento para todos os alunos. Essa abordagem leva em conta as particularidades individuais de aprendizagem, partindo do princípio de que cada pessoa tem características únicas, com ritmos e estilos diversos para aprender (Zerbato; Mendes, 2021).



Ademais, tem como seus princípios pesquisas científicas de aprendizagem voltadas aos estudos de três grandes sistemas corticais do cérebro envolvidos durante a aprendizagem (Zerbato, Mendes, 2018), conforme ilustra figura abaixo:



Dessa forma o planejamento prático do professor pode favorecer a aprendizagem de todos os alunos, desde como os estudantes vão ter acesso ao conteúdo de forma mais diversificada, a ação dos estudantes e o envolvimento deles nos processos de aprendizagem. Assim, à medida que a qualidade do ensino na turma comum se eleva para todos, torna-se possível determinar exatamente quais alunos precisariam de apoios adicionais, pois o currículo regular não é suficiente para eles (Zerbato; Mendes, 2021).

PARA SABER MAIS



Vídeo “*Universal Design for Learning — A Paradigm for Maximum Inclusion*, Terence Brady”

<https://youtu.be/MRZWjCaXtQo?si=0bxKz50iISAj4TiJ>



PARA CONHECER

Plano de Aula com o DUA.



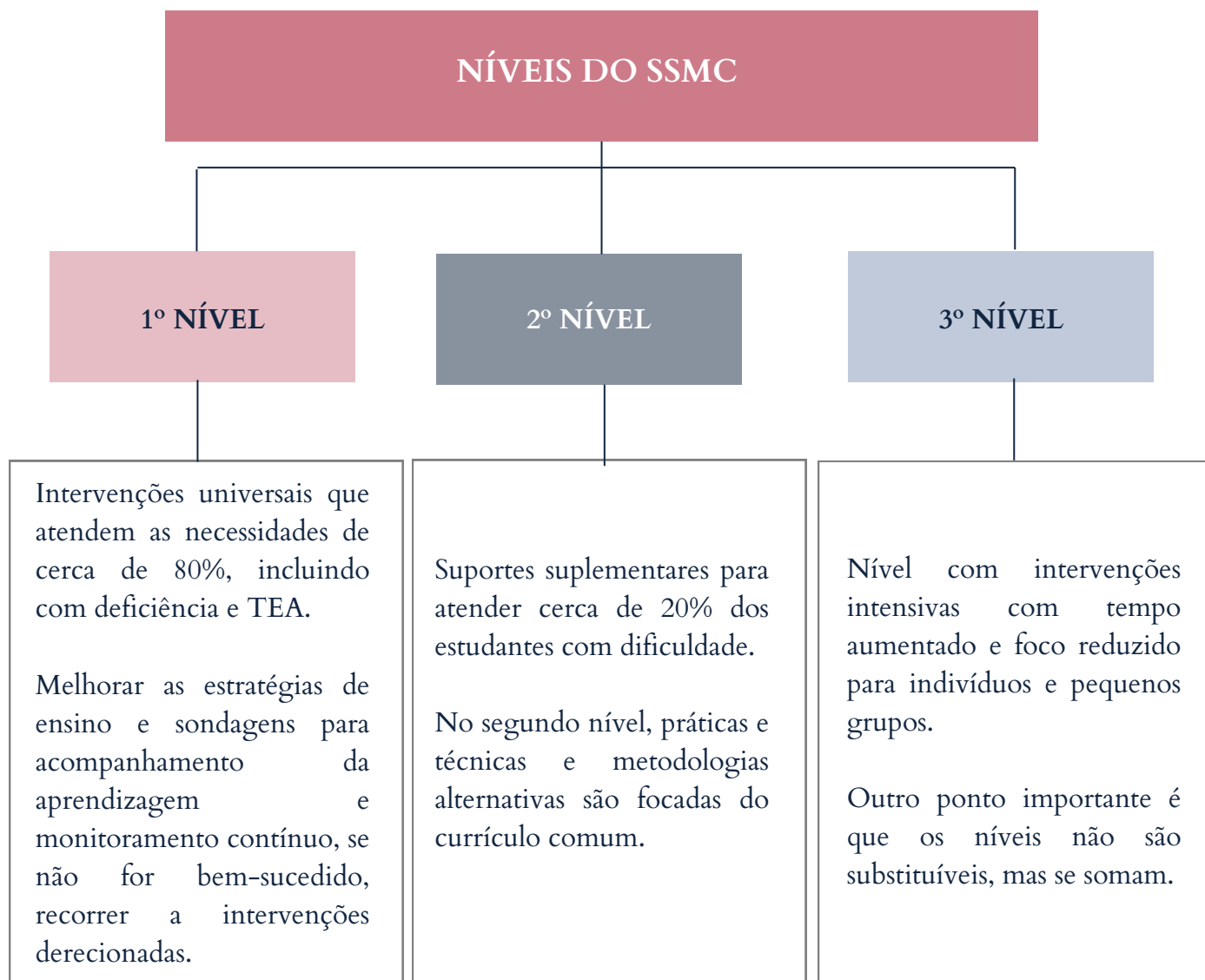
Escaneie o QR Code, ou clique aqui.



Estudos recentes destacam a importância de implementar um Sistema de Suporte Multicamadas (SSMC), no qual o ensino e as intervenções pedagógicas são organizados em diferentes níveis de intensidade, conforme as necessidades individuais dos alunos. A primeira camada consiste em estratégias universais, voltadas para melhorar a aprendizagem de todos os estudantes dentro do ambiente regular de sala de aula (Zerbato, Mendes, 2021).



Para Mendes et al (2023) O sistema de suporte multicamadas é estruturado em três níveis, sendo eles:



Fonte: Adaptado de de Mendes et al (2023). Elaborado pela autora (2025).

Sobre o sistema de suporte multicamadas (SSMC) que faz alusão a política de atendimento ao cliente e na organização de serviços em diferentes à medida que se tornou uma prática eficaz para lidar com situações de usuários de diferentes complexidades (Benedetti; Manjinski, 2024) na educação tem como propósito a melhoria da qualidade de ensino para todos os estudantes, sendo o cerne das intervenções pedagógicas o currículo padrão, o que não implica no descarte das abordagens especialistas que vai depender da necessidade do estudante, pois o currículo padrão pode não contemplar a essa necessidade.



**PARA SABER MAIS SOBRE O
SSMC ESCANEIE O QR CODE**



O ensino diferenciado traduzido do termo “*Differentiated Instruction*” que tem como principal referência teórica as produções da pesquisadora dos EUA, Carol Ann Tomlinson, da Universidade da Virgínia pode ser uma resposta para as diferenças na sala de aula de forma positiva às necessidades dos estudantes.

“

O ensino diferenciado é um processo cíclico e contínuo de conhecer os alunos e favorecer o uso práticas pedagógicas no cotidiano da escola que necessitam de preparação de alunos e familiares, avaliação inicial dos estudantes, planejamento de ensino, organização da sala de aula, implementação de estratégias de gerenciamento da turma e avaliação contínua. (Mendes et al, 2023).

Conhecer o estudante na perspectiva do ensino diferenciado envolve três fatores que orientam a diferenciação de ensino: nível de preparação, interesses e perfil da aprendizagem.

Para responder com diferenciação é necessário haver conteúdo, processo e produto. No que diz respeito ao conteúdo refere-se ao currículo que é o que pretendemos ensinar aos estudantes, o processo é o modo e a compreensão dos conteúdos, conceitos e ideias ensinadas e o produto o que os alunos compreendem e estão aptos a fazer após o processo de ensino. “A abordagem do ensino diferenciado consiste em um misto de ensino para grupo-turma, pequenos grupos (agrupamento flexíveis de acordo com interesses, preparação ou perfil de aprendizagem) ou individual”. (Mendes et al, 2023).

PARA SABER MAIS

Vídeo “Escolas oferecem ensino diferenciado para crianças”, da TV Cultura.

[https://youtu.be/qRMMWLmPHDg?
si=qRVxM1hftqXH80wC](https://youtu.be/qRMMWLmPHDg?si=qRVxM1hftqXH80wC)



A aprendizagem cooperativa trata-se de um conjunto de técnicas de ensino que têm em comum o pressuposto de que os estudantes podem aprender entre si. As diferenças são reconhecidas e valorizadas e se tira proveito delas, como um elemento positivo, facilitador da aprendizagem. Sobre as vantagens da aprendizagem cooperativa, Mendes et al (2023) assinala que a aprendizagem cooperativa:

“

- Estimulam o desenvolvimento de habilidades sociais
- Criam um sistema de apoio social
- Encorajam a responsabilidade pelo(a) outro(a)
- Elevam a autoestima
- Criam uma relação positiva entre alunos e professores
- Estimulam o pensamento crítico
- Ajudam os alunos a clarificar as ideias através do diálogo
- Desenvolve a competência da comunicação oral
- Melhoram a recordação dos conteúdos
- Criam um ambiente ativo e investigativo. (Mendes et al, 2023, pág. 37).



A Educação Especial mudou ao longo dos anos, não de forma linear, mas nas últimas décadas a partir da concepção da educação para todos na escola comum, parte do princípio do direito à educação do público elegível da educação especial, é que começa a emergir o problema de planejar o ensino para esses estudantes que antes não frequentavam as escolas (Tannús-Valadão; Mendes, 2018).

As ações que são realizadas na escola precisam ter o intuito de incluir o estudante no processo educativo promovendo o acesso ao currículo e eliminar as diversas barreiras que impeçam a aprendizagem dos estudantes com deficiência, e essa didática pode ser considerada como uma prática pedagógica inclusiva, no caso das deficiências ocultas, como é considerada também o transtorno do espectro autista, os dificultadores para a aprendizagem destes estudantes podem não ser tão visíveis,

Há uma relação dialética essencial entre práticas pedagógicas inovadoras e o surgimento de mecanismos compensatórios no ambiente escolar. É fundamental destacar que essas atividades, para alcançarem seus objetivos, exigem um planejamento cuidadoso e intencional por parte dos educadores, que são os agentes centrais na condução do processo de ensino-aprendizagem (Mendonça, 2024).

Vale ressaltar a importância de um Plano Educacional Individualizado (PEI) que é um documento com as informações do estudante, público elegível aos serviços da Educação Especial, prevista de maneira multidisciplinar que requer uma avaliação criteriosa e tem como objetivo traçar de forma colaborativa metas a curto, médio e longo prazo com o estabelecimento de serviços e adaptações de ordem física e pedagógicas tanto na escolarização do estudante quanto em seu processo de transição para a vida adulta (Santos, Mendes, Vilaronga, 2023).

Embora não tenha normativas legais sobre o PEI, apenas o Parecer CNE/CP nº50 (2024) que tem caráter de orientação, a ideia de planejar personalizadamente nasceu junto com a Educação Especial e apenas se modificou ao longo do tempo. Há dois tipos de planejamento: planejamento centrado na instituição, utilizado nas Instituições segregadoras e o planejamento centrado na pessoa, este que nos referimos no trabalho como prática inclusiva.

Já o Planejamento centrado na pessoa viabiliza o acesso ao currículo de acordo com as singularidades do estudante o Conselho Nacional de Educação no Parecer CNE/CP nº50 (2024) aponta o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o PEI como documentos essenciais para direcionar o trabalho pedagógico na escola.

O PEI carece ser pensando de forma colaborativa, que envolve um olhar multidisciplinar voltado ao sujeito, embora não seja estratégia exclusiva para que de fato se execute práticas mais individualizadas no contexto da inclusão escolar, é sim necessário e com grande potencial para ser utilizado e resultar em ganhos para o desenvolvimento do estudante, público elegível aos serviços da Educação Especial. (Santos, Mendes, Vilaronga, 2023).

Além disso, Tannús- Valadão; Mendes (2018), afirmam que o PEI centrado na pessoa pode variar no que compete ao tipo de planejamento que envolve estabelecer metas em curto, médio e longo prazo que pode ser voltado apenas para a vida escolar da criança, ou para além da escola, pensando na vida profissional ou todo o ciclo vital da pessoa.



A adaptação curricular é uma estratégia pedagógica com o objetivo de favorecer a equidade para o acesso aos conteúdos curriculares, está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), e em alguns materiais e documentos expedidos pelos órgãos governamentais, dentre eles: os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1998). Tal como, está previsto na declaração de Salamanca (1994) que a escola deva garantir que o currículo seja adaptado às especificidades dos estudantes. As adaptações curriculares pretendem proporcionar para os alunos com deficiência a máxima oportunidade de formação possível no contexto de sua escola. (Valera, 2015).

No entanto, pensar nas diversas estratégias para que se tenha acesso ao currículo vai muito além de limitar as ações somente a estudantes com deficiência pelo seu diagnóstico. A apropriação do conteúdo não pode ser considerado um fim em si mesmo, deve ser articulado a realidade dos estudantes o que deve ser alcançado por um processo educativo dinâmico. (Fonseca et al, 2020).

O acesso curricular deve estar ao alcance de todos e não apresentar barreiras para a aprendizagem dos estudantes com ou sem deficiência. Para isso, pensar em um currículo flexível, dinâmico deve-se considerar a diversidade da sala de aula.

Neste sentido, as adaptações curriculares podem ser necessárias para atender a diversidade de aprendizagem nas salas de aulas. É preciso reconhecer que cada aluno aprende de uma forma, e com um ritmo próprio. Respeitar a individualidade de todas as pessoas significa dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos, fazendo as adequações necessárias do currículo (Heredero, 2010).

Nesta mesma perspectiva de adaptações e adequações ao currículo escolar Zaboroski, Soriano e Martins (2017), explicitam como a parceria entre os professores, através do trabalho colaborativo, podem favorecer a aprendizagem do currículo escolar, desenvolvendo as adaptações quando necessárias.

Muitos são os termos que os autores utilizam para a acessibilidade curricular, alguns utilizam adaptação curricular, outros flexibilização e adequação para se referir aos ajustes que podem ocorrer no currículo para os estudantes com deficiência (Valera, 2015).

Para minimizar barreiras para o acesso ao currículo e para ampliar as possibilidades ao planejamento do professor Fonseca et al (2020) demarcaram o conceito definindo como ajustes curriculares, conforme explicitado na figura abaixo:

MODELOS DE AJUSTES

MODALIDADES	FLEXIBILIZAÇÃO	ADEQUAÇÃO	ADAPTAÇÃO
PARA QUEM É?	Para todos os alunos.	Para alguns estudantes identificados nas avaliações.	Aluno em situação grave de deficiência.
DEMARCAÇÃO CONCEITUAL	Programação de atividades para sala de aula com mudanças de estratégias e práticas sem interferir no currículo de ensino.	Atividades individualizadas que permitem o acesso ao currículo e que focalizem a atuação do professor na avaliação e no atendimento às necessidades acadêmicas de cada aluno.	Mudança do próprio planejamento curricular, que poderá beneficiar de um modelo de planejamento diferente do trabalhado com os demais alunos.
POSSIBILIDADES	Atividades significativas com uso de recursos, técnicas e ambientes diversificados.	Alteração nos objetivos, conteúdos ou práticas do currículo comum.	Observa-se o currículo funcional natural, articulado ao currículo comum, como um potencial para a efetivação da adaptação curricular.

Fonte: Adaptado de Fonseca, et al, (2020). Elaborado pela autora (2025).

Ressalta-se que os ajustes ao currículo devem considerar as reais necessidades dos estudantes por meio de acompanhamento em avaliações e pela insuficiência da flexibilização mediada do currículo aos estudantes. (...)” É necessário que os objetivos e propósitos estejam bem claros no planejamento, na elaboração e na prática”. (Fonseca et al, 2020. pág. 36).

Uma prática pedagógica que pode ser utilizada nas escolas para pessoas com TEA é a Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), instrumento recomendado por agências internacionais com o objetivo de ampliar as possibilidades sociocomunicativas para pessoas com necessidades complexas de comunicação. Uma das formas de ampliar as possibilidades sociocomunicativas de pessoas com TEA é por meio da CAA, uma área de conhecimento multidisciplinar que trata das interações de pessoas com necessidades complexas de comunicação (Nunes; Barbosa; Nunes, 2021). Existem os produtos denominados de Baixa Tecnologia (low-tech) e os produtos de Alta Tecnologia (high-tech) (Monteiro, 2017). Para ; Rodrigues; Burei; Stangherçin, 2016 a C.A.A é fundamental para indivíduos com dificuldades de comunicação, pois possibilita tanto a complementação da fala (no caso da comunicação aumentativa) quanto sua substituição total (na comunicação alternativa). A terminologia "aumentativa" pode apresentar variações conforme diferentes autores - alguns podem considerar como: suplementar, ampliada, facilitadora. Mas o seu sentido sempre será o mesmo (Burei; Rodrigues; Stangherçin, 2016).

De acordo com Passerino, Bez e Vicari (2013), existem variados sistemas de CAA com suporte, tanto para baixa como para alta tecnologia, que incluem elementos de representação (fotografias, desenhos, pictogramas etc.).

Um dos objetivos da comunicação alternativa é ampliar as possibilidades sociocomunicativas, considerada uma área do conhecimento multidisciplinar que trata das interações de pessoas com necessidades complexas de comunicação (Nunes; Barbosa; Nunes, 2021). A utilização de CAA se dá a partir de processos de ensino específicos ou de sistemas de sentidos compartilhados de modo que venham a contribuir para a comunicação funcional ou espontânea que amplia a capacidade de compreensão e expressão das pessoas que a utilizam (Monteiro, 2016).

Para Passerino, Bez e Vicari (2013) os sistemas de CAA podem ser uma ponte na comunicação humana, ao se constituírem como instrumentos de mediação. Sobre o uso da CAA, Togashi e Walter (2016), apontam que como ferramenta de tecnologia assistiva pode ser muito eficiente para a inclusão de estudantes com dificuldades de comunicação.

Nunes, Barbosa e Nunes (2021), citaram alguns exemplos em sua pesquisa de ferramentas de comunicação alternativa eficazes, sendo: Software GRID 2; Boardmaker com speaking dynamically pro; Modo visual de organização (MVO). Modo visual de instruções- uso simultâneo entre o visual com a fala ou escrita e Modo visual de expressão.

Há diferentes maneiras de criar e utilizar a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) com recursos de baixa tecnologia. Entre os exemplos citados estão:

- Cartões de comunicação, frequentemente usados com crianças que estão começando a aprender CAA, antes de avançarem para pranchas mais complexas;
- Mesas com símbolos removíveis, que permitem flexibilidade na organização;
- Aventais, utilizados por professores ou familiares para facilitar a interação;
- Pastas de comunicação, semelhantes a fichários portáteis;
- Porta-documentos ou cartões, práticos para transporte, como em aulas de educação física;
- Álbuns de fotografia, agendas e calendários adaptados;
- Livros confeccionados pelos alunos com símbolos de CAA, bem como livros adaptados com essa simbologia;
- Jogos desenvolvidos com base na CAA;
- Aplicação da simbologia da CAA em atividades pedagógicas, como no "tapete das sensações", estudo do corpo humano ou redações sobre passeios.

Há de se ressaltar que o uso de Comunicação Alternativa deve estar atrelado ao contexto ambiental. O uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) deve estar sempre contextualizado, integrando-se ao ambiente e à realidade do aluno. O profissional precisa adaptar essa metodologia ao cotidiano do estudante, garantindo que a interação seja significativa desde o início. Afinal, o propósito das pranchas de comunicação — e de outros recursos da CAA — vai além da simples apresentação de imagens: seu verdadeiro objetivo é promover a efetiva troca comunicativa (Rodrigues; Burei; Stangherçin, 2016).

Abaixo imagem de prancha de comunicação produzida para um estudante identificado com TEA, não verbal, do primeiro ano dos anos iniciais da escola pública de Ilhabela.

Prancha de Comunicação



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Na prancha de rotina, utilizou de pictogramas produzidos pelo site ARASAAC, ferramenta gratuita com sistema de Comunicação Alternativa e Ampliada para pessoas com TEA. Os pictogramas representavam os momentos de transição entre uma atividade escolar a outra, como momento da leitura, da música, atividade em sala, fazer a fila, recreio, evidenciando ao estudante a rotina da escola e da sua turma de forma contextualizada com o ambiente escolar e a realidade do estudante. Desta maneira, as transições no contexto escolar se tornam mais previsíveis para os estudantes.

Para a leitura o uso de CAA também propõe inúmeras opções de livros de diversos gêneros textuais que podem ser utilizados com todos os estudantes na sala de aula, inclusive atrelado a abordagens universalistas, como o DUA. A seguir um exemplo de livro com apoio de CAA.

Livro com apoio CAA



Fonte: Canto, 2022.

Os recursos utilizados, ferramentas ou métodos se constituirão como mediadores do processo de aprendizagem, por isso é necessário a formação continuada, importante destacar que esse processo deve estar alinhado ao interesse do professor em aprimorar sua prática pedagógica. A formação continuada tem como objetivo proporcionar novos conhecimentos, atualizar conceitos e sugerir práticas aplicáveis ao cotidiano escolar. No entanto, se o educador não demonstrar disposição para inovar, recriar e transformar suas metodologias, os cursos de capacitação oferecidos pouco impacto terá em sua atuação docente (Togashi; Walter, 2016).

Este E-book buscou oferecer estratégias, reflexões e ferramentas para que você, professor(a), possa transformar sua sala de aula em um espaço verdadeiramente acolhedor, onde cada aluno—independentemente de suas particularidades—tenha a oportunidade de aprender, crescer e se desenvolver em seu potencial máximo.

A inclusão não se limita a adaptações pontuais ou a políticas institucionais; ela se constrói na maneira como olhamos para nossos alunos, no respeito às diferenças e na crença de que todos são capazes. As práticas pedagógicas inclusivas não beneficiam apenas estudantes com necessidades específicas, mas enriquecem o processo de ensino e aprendizagem para toda a turma, promovendo valores como empatia, colaboração e equidade.

Lembre-se de que a jornada pela educação inclusiva é contínua e coletiva. Busque sempre aperfeiçoar suas estratégias, trocar experiências com outros educadores e manter-se aberto(a) ao aprendizado. Cada pequeno avanço—seja na flexibilização de uma atividade, no uso de tecnologias assistivas ou na criação de um ambiente mais afetivo—faz uma diferença significativa na vida dos seus alunos.

Que este material sirva como um ponto de partida e inspiração para sua prática docente. Acredite no seu papel como agente transformador e na capacidade da educação de construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Seguimos juntos nessa missão!

**"A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo."**

Nelson Mandela

Gostaríamos da sua avaliação sobre este material. Estamos abertos para sugestões, elogios e críticas, afinal este material foi feito para você, educador!

É simples! Faça a leitura do QR-Code, ou acesse pelo *link*! Abrirá um formulário para a sua avaliação.



<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdu6asMfsJBCHnvKFMo3YW8a8gOeBl48PDHknvTbThYCQhBgA/viewform?usp=header>



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Diário Oficial da União. Brasília: nº 248, 23 de dezembro de 1996. Disponível em [lei 9394.pdf](#). Acesso em 26 mar.2025.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC / SEF/SÉESP, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação/ Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº50.** Que tratou das Orientações Específicas para o público da Educação Especial: Atendimento aos Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Brasília, DF: CNE, 2024. Disponível em: MEC homologa pareceres do Conselho Nacional de Educação — Ministério da Educação. Acesso em 27. Mar.2025.

BENEDETTI, R. H., & MANJINSKI, E. (2024). **Os Níveis do Sistema de Suporte Multicamadas (SSMC), Desenho Universal para aprendizagem (DUA) E Abordagem do Ensino Diferenciado (AED).** Faculdade Sant'Ana em Revista, 8(2), 339-352. Disponível em: <https://iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/2585>. Acesso em: 26 mar. 2025.

CANTO I.D. **Uma linda história** {Texto e Ilustração} Izadora do Canto- 1. ed. Porto Alegre, RS: Ed. da Autora, 2022. ISBN: 9786500577655.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Data & statistics on autism spectrum disorder.** Disponível em: <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>. Acesso em: 28 maio 2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FONSECA, K. A., Junior, J. L., CAPELLINI, V. L. M. F., & OLIVEIRA, C. A. M. (2020). A importância da formação em ajustes curriculares para a implantação de práticas inclusivas. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia (RECeT)**, 1(1), 29-49.

HEREDERO, E.S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. *Acta Scientiarum Education Maringá*, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: **BRASIL. Ministério da Educação**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96)*. *Diário Oficial da União*. Brasília: nº 248, 23 de dezembro de 1996. Disponível em lei 9394.pdf. Acesso em 26 mar.2025.

MENDES, E. G. et al. **Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2023.

MENDONÇA, F. L. D. R., SILVA, D. N. H., SILVA, K. O. D., & SOUZA, P. H. M. D. (2024). **O coletivo, a criação e os processos compensatórios na inclusão**.

NUNES, D. R. P; BARBOSA, J. P. S. e NUNES, L. R. P. Comunicação Alternativa para Alunos com Autismo na Escola: uma Revisão da Literatura. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2021, vol.27, e0212. Epub 15-Jun-2021. ISSN 1980-5470. Em <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0212>. Acesso em 28. mar.2025.

PASSERINO, L. M., BEZ, M. R., & VICARI, R. M. (2013). Formação de professores em comunicação alternativa para crianças com TEA: contextos em ação. **Revista educação especial**. Santa Maria, RS. Vol. 26, n. 47 (set./dez. 2013), p. 619-638.

PICOLLO, G. M. (2025). **Se Todo Mundo é Deficiente, Ninguém é Deficiente: O Complexo Biológico, Cultural, Econômico e Político do Autismo**. Editora Appris. ISBN: 9786525072630.

RODRIGUES, R. V., BUREI, A. P., & STANGHERÇIN, D. C. (2017). Comunicação alternativa: discutindo a prática pedagógica e a utilização desses recursos. **Criar Educação**, 6(2).

SANTOS, J. R., MENDES, E. G., & VILARONGA, C. A. R. **Planejamento Educacional Individualizado (Pei): O Que É Necessário Saber Sobre Os Dados Pessoais Do Estudante Da Educação**. Anais do 1º Disseminando saberes da Educação Especial(DISSEE): Temas Atuais, Pesquisas e Inovação, 2023. EDESP-UFSCAR. ISBN: 978-65-89874-68-3.

SCHLÜNZEN, E., RINALDI, R., & SANTOS, D. (2011). Inclusão escolar: marcos legais, atendimento educacional especializado e possibilidade de sucesso escolar para pessoas com deficiência. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. PROGRAD. **Caderno de Formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 148-160.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de 58. ANAIS DO 1º DISSEMINANDO SABERES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (DISSEE): TEMAS ATUAIS, PESQUISAS E INOVAÇÃO** Educação, v. 23 e230076, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782018000100261&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 maio.2025.

TOGASHI, C. M.; WALTER, C. C. de F.. As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro do autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 351-366, 2016. Disponível em: SciELO Brasil - As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo.

VALERA, J. R. (2015). **Deficiência intelectual e adaptação curricular sob o olhar de teses e dissertações**. Disponível em: Deficiência intelectual e adaptação curricular sob o olhar de teses e dissertações

ZABOROSKI, A. P., SORIANO, K. R., & MARTINS, P. T. (2017). O ensino colaborativo e a formação permanente dos professores para o desenvolvimento da educação inclusiva. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, 4(1).

ZERBATO, A. P., & MENDES, E. G. (2021). O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educação e Pesquisa**, 47, e233730. Disponível em: SciELO Brasil - O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas .Acesso em :26. Maio.2025

NOTA EDITORIAL: este guia foi desenvolvido na ferramenta digital *Canva*, sendo utilizado em sua composição elementos gráficos e imagens disponibilizadas na ferramenta.